

Governo prepara novo pacote

ECONOMIA • 25

econômico

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — A área econômica do Governo prepara um elenco de medidas fiscais e monetárias com o objetivo de conter a expansão do consumo; reduzir a liquidez do mercado financeiro; capitalizar as empresas estatais; e reduzir o déficit da Previdência Social, sem causar impacto sobre a inflação. As medidas darão novo fôlego ao Plano Cruzado Novo, permitindo a continuidade dos investimentos das estatais, sem sustentar o aumento de receita através das tarifas e preços públicos.

Quando a missão do FMI chegar ao Brasil, dentro de duas ou três semanas, as autoridades econômicas terão uma proposta fechada para apresentar, baseada num déficit público operacional de 5% do PIB, neste ano. Apesar do resultado elevado, os assessores acham que terão uma forte barganha: o déficit público nominal (em cruzados) será consideravelmente reduzido, em função da queda da inflação.

O elenco de medidas parte do princípio de que a expansão do consumo, através das compras a prazo, já se constitui uma ameaça ao programa de combate à inflação e a liquidez do mercado também funciona como um fator de pressão sobre o processo inflacionário. Diante desse quadro, surgiram alternativas de solução, como mostra o quadro ao lado.

AS MEDIDAS MONETÁRIAS E FISCAIS QUE PODEM SER ADOTADAS

Prazo para financiamento de bens de consumo será reduzido

CRÉDITO — O Governo pretende adotar medidas de restrição das vendas a prazo, reduzindo os prazos dos financiamentos de bens de consumo e elevando o percentual exigido como pagamento à vista, pelos cartões de crédito (que atualmente é de 50%). Verifica-se que o consumo está aumentando acima do desejável nos setores de bens duráveis, pois as pessoas agem como se estivessem fazendo poupança, ao aplicarem seu dinheiro no consumo;

ESTATAIS — O Governo deverá determinar que as entidades de previdência privada, que atualmente são obrigadas a aplicar 25% de seus recursos em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, apliquem esse montante em obrigações da Siderbrás, Eletrobrás e Telebrás. Dessa forma, essas estatais se capitalizam e captam recursos para financiar seus investimentos, a custo de captação das cedernetas de poupança. Essa alternativa de financiamento dos investimentos dispensa o aumento real das tarifas e preços públicos;

COMPULSÓRIO — O compulsório dos bancos, atualmente fixado em 80% dos depósitos à vista, poderá ser elevado, de maneira a reduzir a liquidez do mercado. A medida tem pouco impacto monetário, já que o volume de depósitos à vista é irrisório, desde a criação das contas remuneradas, consideradas depósito a prazo. No entanto, o que o Governo está autorizado a fazer, por lei, é elevar o compulsório até 100%;

RELENDING — A Siderbrás será autorizada pelo Ministério do Planejamento, prioritariamente, a realizar uma opera-

ção de relending (reemprestimo externo) no valor de US\$ 1 bilhão. Essa operação é importante, porque vai reduzir o impacto fiscal e o déficit público causado pela rolagem de 92% da dívida externa dos Estados e Municípios, que é financiado com colocação de títulos públicos, a um custo estimado em US\$ 5 bilhões, este ano;

TRIBUTAÇÃO — No elenco de medidas fiscais, está incluída a mudança do sistema de tributação do mercado financeiro, hoje baseada no rendimento nominal das operações. A Receita Federal

considera mais viável manter a base de cálculo, reduzindo as alíquotas, que foram elevadas dentro da perspectiva de inflação baixa;

TÍTULOS — A permissão legal para financiar outras despesas, além da dívida pública, com títulos públicos federais, ainda não está incluída no elenco de medidas em estudo. No entanto, é uma possibilidade a ser considerada, diante da falta de alternativas para cobrir o rombo da Previdência. A criação de um mercado cativo para os Bônus do Tesouro Nacional (BTN) foi abandonada, devido à rejeição do mercado a papéis de prazos mais longos;

PREVIDÊNCIA — O déficit da Previdência exigirá a elevação do percentual de contribuição das empresas e dos trabalhadores. Isso, porém, não será suficiente e, inevitavelmente, a Previdência ficará devedora do Banco do Brasil, encarregado de pagar os benefícios previdenciários. O Governo aguarda ainda a decisão do Congresso sobre o novo sistema de reajuste do salário-mínimo, para fechar seus dados e iniciar as negociações para um acordo com o FMI.